



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -  
SMCL-DGC**

Rua México, 341 - Bairro Nova Porto Velho - CEP 76820190 - Porto Velho - RO -  
<https://smcl.portovelho.ro.gov.br/>

Termo Nº 143 - SMCL-DGC

**TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020.000195/2026-05 SEI-PVH		
<b>Unidade Orçamentária:</b> Secretaria Municipal de Economia – SEMEC	<b>Cadastro:</b> 10079043	
<b>Nome do requisitante:</b> Helen da Silva Pereira de Carli	<b>Sector/Departamento:</b> Departamento Administrativo – SEMEC-DA	<b>Data do Pedido:</b> 20/01/2026

**1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle sanitário de ambiente (dedetização, desratização e descupinização) e higienização/desinfecção de reservatórios de água**, visando atender a **Secretaria Municipal de Economia – SEMEC**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

IT	CAT	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD.	VALOR TOTAL R\$	
1	-	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle sanitário de ambiente (dedetização, desratização e descupinização) e higienização/desinfecção de reservatórios de água, visando atender a Secretaria Municipal de Economia - SEMEC, conforme detalhamento dos serviços abaixo.	SERVIÇO		R\$ 16.995,66	
Detalhamento dos Serviços						
1.13417		Controle de pragas e vetores (Sede - Av. 7 de Setembro). Área: 3.297 m² (4 aplic./ano).	m²	13.188	R\$ 0,76	R\$ 10.022,88
1.23417		Controle de pragas e vetores (Anexo - Rua Abunã). Área: 1.553,99 m² (4 aplic./ano)	m²	6.216	R\$ 0,80	R\$ 4.972,80
1.33595		Higienização e desinfecção de reservatórios de água (Unidade Anexo Abunã).	und.	6	R\$ 333,33	R\$ 1.999,98
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 16.995,66 (DEZESSEIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS)						

1.1.1. Em caso de divergência entre as especificações do objeto constante nos ANEXOS I deste Termo de Referência e o respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) ou do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema SIASG/COMPASNET, prevalece as especificações do Termo de Referência.

**1.2. DA NATUREZA DO OBJETO:** A natureza do objeto desta aquisição são caracterizados como COMUM, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo aviso, nos termos da legislação vigente no inciso XIII, Art. 6º da Lei 14.133/2021. Trata-se de fornecimento de material de consumo.

**1.3. Prazo de entrega:** Prestação de serviços por demanda, conforme **cronograma previamente fixado pela SEMEC** (trimestral para pragas e semestral para reservatórios), podendo haver chamados extraordinários do fiscal caso surjam focos isolados.

**1.4.** Esta contratação destina - se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar o **MENOR PREÇO** para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no Art. 5º da Lei 14.133.21. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao termo e aviso, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável atendendo as necessidades da **Secretaria Municipal de Economia – SEMEC**.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A contratação será através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, fundamentada na Lei nº 14.133/2021, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos.

**2.1.1.** A escolha da contratação por dispensa de licitação na forma eletrônica justifica-se pelo valor inferior ao limite estipulado pela Lei, conforme preceitua o Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021 e em conformidade com os valores atualizados pelo **Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025**, atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e Decreto n. 18.892 de 30 de março de 2023 que regulamenta a Lei nº 14.133.

Art. 75, caput, inciso II. R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

**2.2.** A presente Contratação apresentou a devida justificativa, extraída dos autos do **Processo Administrativo nº 020.000195/2026-05** SEI-PVH, visa motivar a aquisição pretendida nos autos, em atendimento ao que preceitua a legislação aplicável, em especial o contido na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**2.2.1.** Importante consignar que a justificativa da necessidade e quantidade estimada no processo, em razão de consumo, foram elaboradas pela **Secretaria Municipal de Economia – SEMEC**, a qual detém conhecimento e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de **PLANEJAMENTO**. Neste sentido, foi juntado a Minuta do Termo de Referência id. 0562679 elaborada pelo setor competente, devidamente aprovada pelo Ordenador de Despesas.

**2.2.2.** Assim, seguindo a regular tramitação dos autos, na forma disciplinada da Lei Complementar nº 1.000, regulamentada pelo Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025, Lei 14.133/2021, Decreto n. 18.892 de 30 de março de 2023 que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, é que formalizamos o presente Termo de Referência Definitivo, e ainda com os elementos técnicos apresentados nos autos e nos limites da competência desta Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL.

### **2.2. Da justificativa da SEMEC**

**2.2.1.** A contratação encontra-se fundamentada no id. 0560787.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** Conforme informações a solução escolhida está definida no Estudo Técnico Preliminar - ETP id. 0560787.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Critérios de Sustentabilidade:**

**4.1.1.** A contratada deverá utilizar produtos domissanitários de baixa toxicidade, registrados na ANVISA, em estrita observância à **RDC nº 622/2022**. Deverá adotar práticas de redução de desperdício de água e garantir a destinação final ambientalmente adequada das embalagens e resíduos químicos (logística reversa), conforme a Lei nº 12.305/2010.

**4.1.2.** Caso os produtos não atendam às exigências de qualidade ou às especificações técnicas, a contratada deverá proceder à substituição imediata, sem qualquer ônus para a Administração;

## **4.2. Subcontratação**

**4.2.1.** É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo;

## **4.3. Alteração Subjetiva**

**4.3.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do produto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **4.4. Garantia do Serviço:**

**4.4.1.** A empresa deverá fornecer garantia técnica mínima de **90 (noventa) dias** para cada aplicação. Caso ocorra reincidência de pragas no período, a contratada deverá realizar novos repasses sem custo adicional à SEMEC.

## **5. EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Da forma do prazo, local de entrega e condições de recebimento**

**5.1.1.** O prazo para a execução do serviço será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da nota de empenho. **O serviço** visa garantir a manutenção das condições de higiene das unidades da SEMEC através do controle de pragas e limpeza de reservatórios (RDC 622/2022). A eficácia será aferida pela **ausência de reincidência** dentro do prazo de garantia de 90 dias, sendo obrigatória a reaplicação sem ônus em caso de falha.

**5.1.2.** Prestação de serviços por demanda, conforme **cronograma previamente fixado pela SEMEC** (trimestral para pragas e semestral para reservatórios), podendo haver chamados extraordinários do fiscal caso surjam focos isolados.

### **5.2. Local de entrega**

**5.2.1.** Unidade Sede (Avenida 7 de Setembro, nº 744, Centro) e Unidade Anexo (Rua Abunã, nº 2625, Liberdade).

**5.2.2. Horários:** As atividades deverão ocorrer preferencialmente aos finais de semana ou em dias úteis após as 18h00, visando evitar a exposição de pessoas a agentes químicos e garantir o tempo de isolamento necessário.

### **5.3. Metodologia para Controle de Pombos:**

**5.3.1.** O manejo de aves utilizará exclusivamente métodos de **repelência e barreiras físicas** (telas, espículas ou gel), sendo **expressamente proibido** o uso de métodos letais ou substâncias venenosas, conforme a Lei Federal nº 9.605/1998 e normas do IBAMA.

### **5.4. Condições de recebimento**

**5.4.1.** Realizada a entrega pela contratada, a Contratante, por intermédio da Comissão de Recebimento, realizará o recebimento conforme a seguir:

**a) Provisoriamente**, em até 5 (cinco) dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, mediante aposição de carimbo de recebimento provisório por servidor responsável pelo Almoxarifado no verso da fatura/nota fiscal;

**b) Definitivamente**, em até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação por Comissão de Recebimento, designada pela autoridade competente, de que o material adquirido encontra-se em perfeitas

condições de utilização.

**5.4.2.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**5.4.3.** Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços/produtos foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

**5.4.4.** A contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o que for recusado por apresentar-se contraditório à Ordem de Fornecimento e/ou distintos dos ofertados, ou qualquer outra coisa que estiver em desacordo com o disposto neste instrumento e seus anexos.

## **5.5. Responsabilidade por Danos:**

**5.5.1.** A contratada é integralmente responsável por eventuais **danos causados às instalações, mobiliários ou equipamentos** da SEMEC durante a execução dos serviços, devendo reparar ou ressarcir os prejuízos em até 10 (dez) dias.

## **5.6. Prorrogação de prazos**

**5.6.1.** A prorrogação de prazos de entrega somente será admitida nas hipóteses de culpa da Administração, caso fortuito ou força maior, devidamente justificadas e formalizadas nos autos.

## **5.7. Materiais, Guarda e Armazenamento:**

**5.7.1.** A contratada fornece todos os insumos e EPIs. É vedado o armazenamento permanente de químicos na SEMEC.

## **5.8. Disposições Legais:**

**5.8.1.** Conforme Art. 121, § 1º e § 2º da Lei nº 14.133/2021, não há vínculo empregatício com a Administração, nem vinculação a acordos coletivos que não os previstos na legislação comum.

# **6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

## **6.1. Fiscalização**

**6.1.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato nomeado pela PREFEITURA DE PORTO VELHO, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), onde registrará todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

**6.2.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021. Cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.2. Comunicação e Rastreabilidade:** Todas as comunicações entre a SEMEC e a contratada, incluindo ordens de serviço, notificações e solicitações de correções, deverão ser realizadas por escrito via e-mail oficial ou sistema eletrônico de informações, de modo a assegurar a **rastreabilidade das decisões administrativas**.

## **6.2. Fiscal do Contrato (Atribuições Técnicas):**

**6.2.1.** Compete ao Fiscal o acompanhamento direto e imediato da execução do objeto, para evitar sobreposição de tarefas com a gestão:

**6.2.2.** O fiscal técnico acompanhará a execução do fornecimento, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Nota de Empenho, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.2.3.** O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art.

117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II); Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**6.2.4.** O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**6.2.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

**6.2.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**6.2.7.** Verificar se os produtos aplicados estão em conformidade com a **RDC 622/2022**.

**6.2.8.** Medir e conferir os serviços efetivamente prestados (m<sup>2</sup> e reservatórios) para fins de liquidação.

**6.2.9.** Atestar o recebimento provisório e definitivo, condicionando-o à entrega dos Certificados de Garantia técnica.

### **6.3. Fiscalização Administrativa**

**6.3.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.3.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **6.4. Gestor do Contrato (Atribuições Administrativas):**

**6.4.1.** Compete ao Gestor a coordenação dos aspectos burocráticos e financeiros, visando mitigar riscos de controle, tais como:

**6.4.2.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**6.4.3.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.4.4.** A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor (es) ou comissão, doravante denominado (s) FISCAL (IS), designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante da unidade administrativa requisitante, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê os artigos 117 e 140 da Lei nº 14.113/2021.

**6.4.5.** A Administração poderá, sempre que necessário, convocar representante da contratada para prestar esclarecimentos, adotar providências imediatas ou sanar eventuais irregularidades relacionadas à execução do fornecimento.

### **6.5. Preposto da contratada**

**6.5.1.** A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para

representá-la na execução do contrato e receber notificações, devendo o mesmo ter autonomia para resolver problemas técnicos imediatos.

## **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1.** A medição será realizada de forma parcelada, por demanda, após a execução efetiva de cada ciclo de serviço. O fiscal do contrato verificará a conformidade técnica (RDC 622/2022) e emitirá o ateste no Relatório de Execução de Serviço.

**7.2.** O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal acompanhada das devidas requisições que deram origem ao fornecimento pela contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133 de 2021.

**7.3.** O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE, será de **30 (trinta) dias**, contados da data de sua apresentação.

**7.4.** Não será efetuado qualquer pagamento de parcela controvertida à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**7.5.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**7.6.** Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

**7.7.** Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

**7.8.** Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

**7.9.** A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

**7.10.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**7.11.** A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

**7.12.** É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. Critério de Seleção do Fornecedor**

**8.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**8.1.1.** No preço deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive impostos, taxas e demais encargos necessários à prestação de serviços.

### **8.2. Exigências de Habilitação**

**8.2.1.** As Exigências de Habilitação: Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos nos artigos 62 a 69 da Lei n. 14.133/2021; Jurídica; Fiscal; Social; Trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; e Qualificação Técnica os quais estão estabelecidas neste termo e AVISO DE DISPENSA.

### **8.3. Qualificação Técnica e outros documentos**

**8.3.1.** Para fins de aferimento da qualificação, os interessados em participar da contratação, deverão apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens de **características similares** de complexidade operacional equivalente ou superior ao **objeto desta contratação**, devendo a comprovação se dar por meio da apresentação de Certidão, atestado de capacidade ou outros documentos idôneo capaz de comprovar que o licitante **possui a capacidade técnica necessária e suficiente para executar o objeto de forma satisfatória**.

**8.3.2.** Os documentos emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

**8.3.3.** Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista no artigo 64 da Lei 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, dentre outros até ser considerado suficientes para a Administração.

**8.3.4.** Conforme normativas vigentes e Portaria MS-ANVISA nº 937/2012, a empresa deverá apresentar:

**8.3.4.1. Licença Ambiental** válida emitida pelo órgão estadual (SEDAM) e/ou municipal, autorizando a operação da empresa;

**8.3.4.2. Alvará de Vigilância Sanitária** Estadual ou Municipal válido;

**8.3.4.3. Certificado de Conformidade com o Corpo de Bombeiros (CERCON)** válido;

**8.3.4.5. Registro da empresa e do Responsável Técnico** junto ao Conselho competente (CRBio, CREA ou CRQ), acompanhado da comprovação de vínculo do RT com a empresa

**8.3.4.6. Comprovação de vínculo** do Responsável Técnico com a empresa (CTPS, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviço); indicando pertencer ou virá a pertencer ao quadro da empresa, podendo ser feita através da declaração formal de disponibilidade;

**8.3.5. Declaração de Vistoria** ou Declaração formal de que conhece as condições dos locais e assume os riscos da contratação por não ter realizado a vistoria.

### **8.3.6. Justificativa dos Conselhos Profissionais:**

**8.3.6.1.** A inclusão do **CRBio** (Conselho Regional de Biologia) junto ao CREA e CRQ fundamenta-se na **Resolução CFBio nº 627/2022**, que estabelece o controle de vetores e pragas como área de atuação do biólogo, garantindo assim a ampla competitividade recomendada pela SMCL.

### **8.4. Dos benefícios da Lei 123/2006 e suas alterações**

**8.4.1.** Aquisições com valor do item/lote de **até R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais),

**devem ser exclusivas para participação das micro e pequenas empresas** (ME/EPPs), conforme [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), desde que atendam as exigências estabelecidas neste termo e aviso de dispensa.

**a)** Considerando se tratar de Dispensa de licitação, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, para o ITEM/LOTE **desta contratação**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**b)** Houve um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório conforme pesquisa de mercado demonstrada nas Cotação (ID. 0673375).

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** A estimativa prévia de valor da contratação foi realizada em conformidade com a PORTARIA Nº 002/2024/SML/PVH, 003/2023, de 08 de fevereiro de 2024 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021. Os parâmetros utilizados pelo Departamento de Pesquisa Mercadológica – SMCL, estão devidamente enquadrados, conforme cotação id. 0673375 e quadro comparativo id.0673396, datados em PORTO VELHO (RO), 18 DE MARÇO DE 2026.

**9.2.** Em conformidade com a Pesquisa de Preços, o valor estimado para a contratação é de **R\$ 16.995,66 (dezesesseis mil, novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos)**.

## **10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **10.1. Das obrigações da CONTRATADA**

**10.1.1. Execução Técnica:** Realizar os serviços de dedetização, desratização, descupinização e limpeza de reservatórios conforme a RDC ANVISA nº 622/2022, utilizando produtos devidamente registrados.

**10.1.2. Manejo de Pombos e Aves:** Realizar o manejo utilizando exclusivamente métodos de repelência e barreira física, sendo expressamente proibido o uso de métodos letais ou substâncias venenosas (Lei Federal nº 9.605/1998).

**10.1.3. Garantia dos Serviços:** Garantir a eficácia por no mínimo 90 dias, realizando reaplicações sem ônus em caso de reinfestação.

**10.1.4. Certificação:** Fornecer Certificado de Assistência Técnica detalhado após cada ciclo de serviço.

**10.1.5. Habilitação e Vínculo:** Manter todas as condições de habilitação (Alvarás e Licenças) e garantir que o Responsável Técnico mantenha vínculo formal com a empresa durante toda a vigência.

**10.1.6. Proteção de Dados (LGPD):** Manter sigilo e proteção de dados pessoais eventualmente acessados, conforme a Lei nº 13.709/2018.

**10.1.7. Execução Direta:** Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços técnicos.

**10.1.8. Responsabilidade por Danos:** Assumir total responsabilidade por danos causados a instalações, mobiliários ou equipamentos da SEMEC, devendo reparar ou ressarcir o prejuízo em até 10 dias.

**10.1.9. Encargos e Segurança:** Responsabilizar-se por encargos trabalhistas/fiscais e garantir o uso de EPIs e sinalização de segurança.

**10.1.10. Resíduos:** Garantir o descarte ambientalmente adequado das embalagens e resíduos (logística reversa).

**10.1.11.** Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos neste Termo de Referência, realizando o fornecimento **por demanda**, conforme solicitações da Secretaria requisitante, e comunicar antecipadamente a data e horário de entrega.

**10.1.12.** Facilitar a fiscalização e o controle da **CONTRATANTE**, disponibilizando, sempre que solicitado, todas as informações e documentos necessários à verificação da conformidade dos produtos.



**10.1.13.** Comunicar imediatamente, por escrito, quaisquer irregularidades, impedimentos ou circunstâncias que possam comprometer o fornecimento, bem como apresentar justificativa formal em caso de atraso, conforme previsto neste Termo.

**10.1.14.** Manter, durante todo o período de execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, comunicando prontamente a ocorrência de qualquer fato impeditivo à manutenção dessa condição.

**10.1.15.** Dar garantia plena sobre a qualidade dos produtos fornecidos, assumindo todos os ônus decorrentes da entrega de itens fora das especificações técnicas, incluindo substituição imediata e sem custo adicional.

**10.1.16.** Obedecer a todas as normas legais relativas à **proibição do trabalho de menores**, restrições a trabalhos perigosos ou insalubres e demais exigências de segurança e legislação trabalhistas aplicáveis.

**10.1.17.** Cumprir todas as obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

**10.1.18.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, eventuais acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 124 da **Lei nº 14.133/2021**.

**10.1.19.** A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, que dentre os (as) aprendizes a serem contratados (as) deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.

**10.1.20.** A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

**10.1.21.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos materiais, objeto deste certame, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, observado o que dispõe o art. 125 da Lei 14.133/21.

## **10.2. Obrigações da contratante**

**10.2.1.** Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

**10.2.2. Acesso:** Proporcionar o acesso às unidades Sede e Anexo nos horários agendados (preferencialmente após às 18h ou finais de semana).

**10.2.3. Notificação:** Comunicar por escrito quaisquer irregularidades, assegurando a rastreabilidade das comunicações.

**10.2.4.** Providenciar a emissão da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento nos termos estabelecidos neste Termo de Referência, encaminhando-os à CONTRATADA.

**10.2.5. Pagamento:** Efetuar o pagamento conforme os critérios de medição e prazos estabelecidos no Item 7.

**10.2.6. Fiscalização:** Designar Gestor e Fiscal para acompanhamento e atesto conforme o Modelo de Gestão deste TR.

**10.2.7.** Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, verificando a conformidade com as especificações técnicas, quantidades e prazos estipulados, e atestar a execução mediante **aceite provisório e definitivo**, conforme previsto neste Termo de Referência.

**10.2.8.** Notificar formalmente a **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades, defeitos ou não conformidades constatadas no fornecimento, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

**10.2.9.** Garantir à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à ampla defesa antes da aplicação de quaisquer penalidades, nos termos da legislação vigente.

**10.2.10.** Responder a eventuais pedidos de **reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro** apresentados pela **CONTRATADA**, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, conforme o Inciso XI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

## **11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES**

**11.1.** A CONTRATADA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie prescrita pela Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 18.892/2023, e previstas no termo e/ou contrato, às seguintes penalidades:

I – Advertência:

II – Multa, nos seguintes percentuais:

a) No atraso injustificado da entrega do produto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitado a 30% (trinta por cento).

b) No caso de atraso injustificado para substituição do produto, 0,5% (cinco centésimos por cento) ao dia sobre o valor do produto, incidência limitada a 10 (dez) dias.

c) Na hipótese de atraso injustificado para substituição do produto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do produto.

d) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.

III – Inadimplemento absoluto das obrigações sujeitas a contratado à aplicação das seguintes multas:

a) Pelo descumprimento total, será aplicada multa de 10% sobre o valor contratado anos e máximo de 6 (seis) anos;

b) Pelo descumprimento parcial, será aplicada multa de até 5% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida.

c) Na hipótese da empresa recusar-se a formalizar o contrato no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracteriza-se a inexecução total da obrigação assumida.

IV – Impedimento de licitar e contratar; art. 156, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com fulcro no art. 156, da Lei nº 14.133/2021, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

**11.2.** A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

**11.3.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

**11.4.** Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

**11.5.** Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente termo admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

**11.6.** As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

**11.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho-RO, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste, seus anexos e demais cominações legais.

**11.8.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**11.9.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**11.10.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**11.11.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**11.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

**11.13.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF pela Contratante.

**11.14.** As infrações contratuais incorridas pelo contratado serão apuradas pela Administração mediante devido processo legal, garantindo-se o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme procedimentos previstos no Art. 96 a 130 do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

## **12. INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** O fornecimento decorrente deste Termo, em razão de tratar-se de entrega imediata e, considerando o disposto no art. 95, I da Lei 14.133/2021, será instrumentalizado por meio de assinatura de **Termo de Contrato**, conforme o rito estabelecido no Art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

**12.1.1.** Está contratação resultante do objeto deste Termo de Referência, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

**12.2.** O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado, nos limites do art. 107, da Lei 14.133/21.

**12.2.1.** A prorrogação contratual dependerá do valor total do contrato para efeito de enquadramento nos incisos I e II do artigo 75 deve ser calculado diante de todas as prorrogações possíveis e previsíveis, o valor limite para fins de apuração deve ser considerado por exercício financeiro, limite legal da dispensa.

### **12.3. Do Reajuste**

**12.3.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado da Administração id. 0673396 data-base PORTO VELHO (RO), 18 DE MARÇO DE 2026.

**12.3.2.** Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**12.3.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.3.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**12.3.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**12.3.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**12.3.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**12.3.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**12.3.9.** Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026, conforme a seguinte classificação:

**Programa de Trabalho/Atividade:** 06.01.04.122.0007.2.001

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.78

**Fonte de Recursos:** 1500.0000.0000.0000

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Termo de Referência, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**14.2.** As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.3.** Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.

**14.4.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

**14.5.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o seguinte anexo:

**ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** é parte integrante do Termo de Referência (documento que faz parte da fase de planejamento de contratações públicas, com intuito de demonstrar a necessidade da contratação e instruir a elaboração do Termo de Referência definitivo). **ETP ID. 0560787**

Porto Velho, 24 de março de 2026.

Responsável pela elaboração:

**Helen da Silva Pereira de Carli**  
Assessora V

Responsável pela Revisão

**Amauri Pablo Guedes de Miranda**

Diretor DA/SEMEC

**Autorização da despesa**

Declaro estar ciente dos principais riscos dessa contratação e AUTORIZO O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO na forma legal, conforme competência prevista na Lei Complementar Municipal nº 648/2017 e demais alterações.

**WAGNER GARCIA DE FREITAS**

Secretário Municipal de Economia – SEMEC

## ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

Estudo Técnico Preliminar - id. 0560787

O Estudo Técnico Preliminar é considerado parte integrante do Termo de Referência, e o mesmo poderá ser adquirido junto ao **aviso de dispensa**, disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho ([www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br)) e Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Lauriane De Araujo, Diretor(a)**, em 24/03/2026, às 09:40, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Amauri Pablo Guedes De Miranda, Diretor(a)**, em 25/03/2026, às 10:12, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Garcia de Freitas, Secretário(a)**, em 25/03/2026, às 11:34, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0682463** e o código CRC **C06ECE22**.



020.000195/2026-05

0682463v81